

# COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS DO NOVO LITORAL DE SÃO PAULO

Demonstrações financeiras em 2024

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	3
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	7
BALANÇO PATRIMONIAL .....	10
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO .....	11
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE .....	12
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	13
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA .....	14
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO .....	15
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	16
1 CONTEXTO OPERACIONAL.....	16
2 BASE DE PREPARAÇÃO .....	17
3 USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS .....	17
4 POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS .....	19
5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	31
6 CONTAS A RECEBER .....	31
7 DESPESAS ANTECIPADAS .....	32
8 DIREITO DE USO ARRENDAMENTO .....	32
9 IMOBILIZADO .....	32
10 INFRAESTRUTURA CONCESSÃO.....	33
11 FORNECEDORES .....	33
12 SEGUROS A PAGAR.....	34
13 PASSIVO DE ARRENDAMENTO.....	34
14 PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO .....	35
15 TRIBUTOS DIFERIDOS .....	35
16 PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	36
17 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA .....	37
18 CUSTOS E DESPESAS.....	38
19 RESULTADO FINANCEIRO .....	38
20 PARTES RELACIONADAS .....	38
21 GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS .....	40
22 SEGUROS.....	42
23 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA.....	43

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A CNL - Concessionária Novo Litoral tem a satisfação de apresentar o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referente ao período compreendido entre 20 de maio e 31 de dezembro de 2024.

### Apresentação da Companhia

---

A CNL foi constituída em 20/05/24, sendo uma sociedade de propósito específico (SPE), com a finalidade de administrar, operar, manter e promover melhorias no trecho rodoviário concedido, pelo período de 30 anos, no modelo PPP (Parceria Público-privada), em que, além das receitas tarifárias e acessórias provenientes da exploração do sistema rodoviário, a Companhia será remunerada também por meio de Contraprestação Pública, conforme regramento estabelecido no Contrato.

As rodovias administradas pela CNL, SP-088 (Rodovia Pedro Eroles, entre Arujá e Mogi das Cruzes), SP-098 Rodovia Dom Paulo Rolim Loureiro, entre Mogi das Cruzes e Bertioga), SP-055 Rodovia Doutor Manuel Hipólito Rego, entre Bertioga e Santos) e SP-055 (Rodovia Padre Manuel da Nóbrega, entre Praia Grande e Miracatu), percorrendo 13 municípios sendo eles: Arujá, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Biritiba-Mirim, Bertioga, Santos, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém, Peruíbe, Itariri, Pedro de Toledo e Miracatu.

A extensão total da concessão é de 212 km com um total de investimentos previstos ao longo da concessão de 4,3 bilhões (base Dez/23), conforme descrito no edital de concessão.

Dentre os principais investimentos destacando-se:

- ❖ **89,1 km de duplicação,**
- ❖ **18,7 km faixas adicionais,**
- ❖ **16,1 km de marginais,**
- ❖ **73,1 km de ciclofaixas,**
- ❖ **52 dispositivos e OAEs**
- ❖ **20 passarelas**



O início da operação ocorreu 01/11/2024 com os serviços atendimento pré-hospitalar, suporte mecânico, guincho e inspeção de tráfego contando com os seguintes recursos:



A CNL é a primeira concessão no âmbito nacional a operar 100% de sua arrecadação no sistema Free Flow (Fluxo Livre), sistema de cobrança eletrônica de pedágio que dispensa as praças físicas e conseqüentemente sem a necessidade de redução de velocidade, totalizando 15 pórticos ao longo de toda a concessão, dos quais 7 iniciarão a operação de arrecadação em 01/11/2025, e os demais 8 até 01/11/2027, conforme a conclusão das obras vinculadas ao início da cobrança.

## Acionistas

A CNL tem como composição acionária as empresas Companhia Brasileira de Infraestrutura – CBI 65% e CLD – Construtora, Laços Detentores e Eletrônica Ltda. 35%.

## Desempenho Operacional

Durante o período compreendido entre 01 de novembro e 31 de dezembro de 2024 a Companhia não auferiu receitas, situação prevista para ocorrer até 1º de novembro de 2025, quando for concluído o Programa Inicial (PI) dos trabalhos determinados no contrato de concessão.

## EBTIDA Ajustado

A Companhia considera o EBITDA Ajustado a métrica mais representativa para a geração de caixa, uma vez que esse indicador exclui os efeitos da Receita e Custo de Construção, Provisão de Manutenção e inclui os efeitos das despesas com aluguel dos contratos contabilizados de acordo com o IFRS 16, itens que afetam o resultado contábil em função da aplicação dos CPC e IFRS.

	<b>31/12/2024</b>
<b>Receita líquida</b>	<b>6.424</b>
Custos Operacionais	(115.672)
<b>Prejuízo Bruto</b>	<b>(109.248)</b>
Despesas Gerais e Administrativas	(9.165)
<b>EBIT</b>	<b>(118.413)</b>
(+) Depreciação e amortização	1.217
<b>EBITDA</b>	<b>(117.196)</b>
<b>Ajustes</b>	
(-) Receita de construção (1)	(6.424)
(+) Custo de construção (2)	6.424
(+) Provisão para manutenção (3)	101.139
(-) Despesas de aluguel (4)	(1.367)
	<b>99.772</b>
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>(17.424)</b>

### Notas:

- (1) Receita de Construção: Corresponde ao reconhecimento da receita de construção de acordo com a IFRIC 12 - *Service Concession Arrangements*.
- (2) Custo de Construção: Custos incorridos na execução das obras de implantação da infraestrutura concedida, conforme os critérios estabelecidos pelo IFRIC 12 - *Service Concession Arrangements* e pela Orientação OCPC 05.
- (3) Refere-se à estimativa de gastos para a manutenção dos itens da concessão.
- (4) Despesas com aluguel de contratos que foram registrados conforme IFRS 16.

## Audidores Independentes

Informamos que a KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada para a prestação dos seguintes serviços no exercício de 2024: auditoria das demonstrações financeiras, realizada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). Vale ressaltar que a Companhia não contratou os auditores independentes para a realização de outros serviços que não os relacionados à auditoria das demonstrações financeiras.

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que asseguram a independência do auditor, os quais incluem: (a) a impossibilidade de o auditor revisar seu próprio trabalho; (b) a vedação ao exercício de funções gerenciais; e (c) a proibição da prestação de quaisquer serviços que possam ser considerados incompatíveis com as normas

vigentes. Em complemento, a administração obtém dos auditores independentes uma declaração formal atestando que a prestação de eventuais serviços adicionais não compromete sua independência profissional.

## Agradecimentos

---

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo valioso apoio prestado na análise e encaminhamento das questões de maior relevância para a Concessionária. Expressamos, ainda, nosso reconhecimento à dedicação e ao comprometimento de toda a equipe, bem como àqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para o cumprimento da missão da Concessionária.



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Avenida Presidente Vargas, 2.121  
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América  
Edifício Times Square Business  
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil  
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil  
Telefone +55 (16) 3323-6650  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

## Aos Diretores da

## Companhia de Concessões Rodoviárias do Novo Litoral de São Paulo

## Santos – São Paulo

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Concessões Rodoviárias do Novo Litoral de São Paulo (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo de 20 de maio de 2024 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2024, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Concessões Rodoviárias do Novo Litoral de São Paulo em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo de 20 de maio de 2024 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período findo de 20 de maio de 2024 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria,



exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

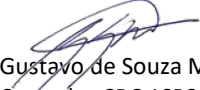
Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 17 de abril de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-027666/O-5 F SP

  
Gustavo de Souza Matthiesen  
Contador CRC 1SP293539/O-8

## Companhia de Concessões Rodoviárias do Novo Litoral de São Paulo

Balanco patrimonial para o período findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024		Nota	31/12/2024
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>			<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	5	205.694	Fornecedores	11	4.780
Contas a receber	6	1.942	Seguros a pagar	12	2.300
Tributos a recuperar		1.162	Obrigações sociais e trabalhistas		192
Estoques		43	Obrigações fiscais e tributárias		347
Adiantamentos		369	Passivo de arrendamento	13	6.836
Despesas antecipadas	7	2.701	Provisão para manutenção	14	97.872
Outros créditos		210			<b>112.327</b>
		<b>212.121</b>			
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>			<b>PASIVO NÃO CIRCULANTE</b>		
<b>Realizável a longo prazo</b>			Passivo de arrendamento	13	25.954
Tributos diferidos	15	54.772			<b>25.954</b>
Contas a receber de acionistas	20	169.389			
		<b>224.161</b>			
			<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Direito de uso arrendamento	8	32.498	Capital social		442.723
Imobilizado	9	869	Ajuste de avaliação patrimonial		(34.302)
Intangível		23	Prejuízos acumulados		(72.547)
Infraestrutura de concessão	10	4.483			<b>335.874</b>
		<b>37.873</b>			
<b>TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>262.034</b>			
<b>TOTAL</b>		<b>474.155</b>	<b>TOTAL</b>		<b>474.155</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Companhia de Concessões Rodoviárias do Novo Litoral de São Paulo

Demonstração do resultado para o período de 20 de maio de 2024 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	17	<b>6.424</b>
Custo dos serviços prestados	18	(115.672)
<b>PREJUÍZO BRUTO</b>		<b>(109.248)</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>		
Despesas gerais e administrativas	18	(9.165)
<b>PREJUÍZO OPERACIONAL</b>		<b>(118.412)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	19	
Receitas financeiras		11.143
Despesas financeiras		(521)
		<b>10.622</b>
<b>PREJUÍZO ANTES DOS TRIBUTOS</b>		<b>(107.790)</b>
Imposto de renda e contribuição social diferido	15	36.470
<b>PREJUÍZO DO PERÍODO</b>		<b>(71.320)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Companhia de Concessões Rodoviárias do Novo Litoral de São Paulo

Demonstração do resultado abrangente para o período de 20 de maio de 2024 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>31/12/2024</u>
<b>PREJUÍZO DO PERÍODO</b>	<b>(71.320)</b>
Outros resultados abrangentes - Realização do ajuste a valor presente sobre contas a receber de acionistas	<u>(1.227)</u>
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO</b>	<b><u>(72.547)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Companhia de Concessões Rodoviárias do Novo Litoral de São Paulo

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o período de 20 de maio de 2024 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Constituição em 20/05/2024		1	-	-	1
Capital subscrito e integralizado em setembro de 2024	16	442.722	-	-	442.722
Reconhecimento do ajuste a valor presente sobre a contas a receber de acionistas	16 e 20	-	(35.529)	-	(35.529)
Realização do ajuste a valor presente sobre contas a receber de acionistas		-	1.227	(1.227)	-
Prejuízo do período		-	-	(71.320)	(71.320)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>442.723</b>	<b>(34.302)</b>	<b>(72.547)</b>	<b>335.874</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Companhia de Concessões Rodoviárias do Novo Litoral de São Paulo

Demonstrações dos fluxos de caixa (método indireto) para o período de 20 de maio de 2024 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Prejuízo antes dos tributos</b>		(107.790)
<b>Ajustes</b>		
Depreciação e amortização	18	1.217
Provisão fornecedores		3.041
Provisão para manutenção, líquida de AVP	14	97.872
Juros sobre arrendamento	13	493
Ajuste a valor presente contas a receber acionistas	19	(1.859)
<b>Prejuízo ajustado</b>		<b>(7.026)</b>
<b>Redução (aumento) nos ativos</b>		
Contas a receber		(1.942)
Estoques		(43)
Tributos a recuperar		(1.162)
Adiantamentos		(369)
Despesas antecipadas		(2.701)
Outros créditos		(210)
<b>Redução (aumento) nos passivos</b>		
Fornecedores		68
Seguros a pagar		2.300
Obrigações sociais e trabalhistas		192
Obrigações fiscais e tributárias		347
Juros pagos passivo arrendamento	13	(493)
<b>CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>(11.039)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aumento no imobilizado		(499)
Aumento no intangível		(23)
Aumento na infraestrutura de concessão		(3.233)
<b>CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>(3.755)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Pagamentos de arrendamento	13	(874)
Integralização de capital social	16	221.362
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		<b>220.488</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>205.694</b>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do período		-
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período		205.694
<b>AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>205.694</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Companhia de Concessões Rodoviárias do Novo Litoral de São Paulo

Demonstração do valor adicionado para o período de 20 de maio de 2024 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<b>31/12/2024</b>
<b>1. Valor adicionado bruto</b>	
Receita de construção	6.424
	<b>6.424</b>
<b>2. Insumos adquiridos de terceiros</b>	
Custos de construção e demais custos associados	(112.452)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(8.880)
	<b>(121.332)</b>
<b>VALOR ADICIONADO (1-2)</b>	<b>(114.908)</b>
<b>3. Depreciação e amortização</b>	<b>(1.217)</b>
<b>Valor Adicionado líquido produzido pela Companhia</b>	<b>(116.125)</b>
<b>4. Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>	
Receitas Financeiras	11.143
	<b>11.143</b>
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>(104.982)</b>
<b>Pessoal</b>	<b>2.287</b>
Remuneração de Pessoal e Encargos	1.779
Benefícios	403
Fundo de garantia por tempo de serviço	105
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>(36.470)</b>
Federais	(36.470)
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>521</b>
Outras	521
<b>Remuneração de capitais de próprios</b>	<b>(71.320)</b>
Prejuízo do Período	(71.320)
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>(104.982)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Valores expressos em milhares de Reais)

### 1 Contexto operacional

A Companhia de Concessões Rodoviárias do Novo Litoral de São Paulo (“Companhia”) (CNPJ: 55.198.181/0001-02), sociedade por ações, tem sua sede na Rua Barão de Paranapiacaba, 233 - Salas 2001 a 2004, Andar Duplex, CEP 11050-251, Bairro Encruzilhada, Santos/SP, foi constituída em 20 de maio de 2024. Considerando o contexto de que a Companhia foi constituída durante o exercício de 2024, estas demonstrações financeiras apresentam o resultado, o fluxo de caixa e suas respectivas notas explicativas, correspondentes ao período de 7 meses e 11 dias findo em 31 de dezembro de 2024.

A estrutura societária da Companhia é composta pelas empresas Companhia Brasileira de Infraestrutura – CBI e CLD – Construtora, Laços Detetores e Eletrônica Ltda., que integraram o consórcio vencedor da Concorrência Internacional nº 01/2023 para Concessão Patrocinada do Sistema Rodoviário denominado Lote Litoral Paulista, promovida pelo Governo do Estado de São Paulo.

A Companhia tem como objeto social exclusivo a realização das atividades descritas no Edital de Concorrência Internacional nº 01/2023 e no Contrato de Concessão Patrocinada nº 0540/ARTESP/2024 (“Contrato”), celebrado entre a Companhia e o Estado de São Paulo (Poder Concedente), com a interveniência e anuência da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP e do Departamento de Estradas de Rodagem – DER, além da Companhia Paulista de Parcerias – CPP, que atua como interveniente garantidora.

A concessão tem prazo de 30 (trinta) anos, contados a partir da assinatura do Termo de Transferência Inicial, em 1º de novembro de 2024. Nesse período, a Companhia será responsável pela ampliação, operação, manutenção do sistema rodoviário, além da realização dos investimentos necessários para sua exploração.

O sistema rodoviário concedido possui 212 quilômetros, abrangendo trechos das rodovias SP-055, SP-098, SP-088, SPA-291/055 e SPA-344/055, que atravessam 13 municípios do Estado de São Paulo, a saber: Arujá, Itaquaquetuba, Mogi das Cruzes, Biritiba-Mirim, Bertioga, Santos, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém, Peruíbe, Itariri, Pedro de Toledo e Miracatu.

O Contrato prevê a implantação e operação de 15 pórticos de cobrança tarifária, divididos em duas fases:

- Operação Parcial: 7 pórticos de cobrança, a partir do 13º mês de concessão; e
- Operação Plena: 8 novos pórticos de cobrança, a partir do 37º mês de concessão.

O risco de demanda de tráfego será compartilhado entre o Poder Concedente e a Companhia.

Além das receitas tarifárias e acessórias provenientes da exploração do sistema rodoviário, a Companhia será remunerada também por meio de Contraprestação Pública, conforme regramento estabelecido no Contrato.

O edital inicial do contrato de concessão da Companhia estima investimento de R\$4,3 bilhões ao longo dos 30 anos. Serão alocados para melhorias na infraestrutura, recuperações e manutenções, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

## 2 Base de preparação

---

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as Normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitido pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”)

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva em 17 de abril de 2025.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 4.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### **Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

## 3 Uso de estimativas e julgamentos

---

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e estimativas sobre o futuro que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

**(i) Julgamentos**

**Contabilização do contrato de concessão**

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pelas normas contábeis vigentes, incluindo o IFRIC 12 - *Service Concession Arrangements*, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão.

**Momento de reconhecimento do ativo intangível**

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão. Os investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

**Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão**

A Companhia reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Companhia reconhece a amortização no resultado linearmente e com base no prazo remanescente da concessão.

**Determinação das receitas de construção**

De acordo com CPC 47 e IFRS 15, quando a Companhia contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras, de acordo com o progresso físico *Percentage of Completion*.

**Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão**

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras. O provisionamento é realizado com base na estimativa atualizada dos gastos previstos conforme o sistema de gestão definido pela Administração.

(ii) ***Incertezas sobre premissas e estimativas***

**Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão – nota explicativa nº 14**

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

**Tributos diferidos – nota explicativa nº 15**

O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

## **4 Políticas contábeis materiais**

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente no período apresentado nas demonstrações financeiras.

**a. Reconhecimento de receita**

(i) ***Receitas de construção***

A Companhia contabiliza receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços seguindo o estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com IFRIC 12 - *Service Concession Arrangements*, adotados no Brasil por meio dos pronunciamentos contábeis vigentes.

A receita relacionada aos serviços de construção ou modernização segundo um contrato de concessão de serviços é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis da Companhia que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. A receita de operações ou serviços é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de performance, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente.

**b. Benefícios a empregados**

(i) ***Benefícios de curto prazo a empregados***

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**c. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- juros sobre aplicações financeiras; e
- Outras receitas / despesas.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

**d. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para

imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais de renda do imposto e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

**(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

**(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**e. Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e com insignificante risco de mudança no valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

**f. Tributos a recuperar**

Os tributos a recuperar são registrados no ativo com base nos valores efetivamente recolhidos ou apropriados, que sejam passíveis de compensação ou restituição perante as autoridades fiscais, observadas as disposições legais vigentes. São apresentados líquidos de eventuais provisões para perdas, quando aplicável.

A realização dos créditos é monitorada periodicamente, com base nas projeções de tributos a pagar, compensações ou pedidos de ressarcimento, e seu reconhecimento é sustentado por evidências objetivas de recuperabilidade.

**g. Despesas antecipadas**

As despesas antecipadas são reconhecidas no ativo quando correspondem a pagamentos efetuados pela Companhia relativos a bens ou serviços que serão usufruídos em exercícios futuros. Esses valores são apropriados ao resultado conforme o benefício econômico é incorrido, com base no regime de competência.

A amortização das despesas antecipadas é realizada de forma sistemática, de acordo com o prazo de vigência dos contratos ou da expectativa de realização do benefício econômico, sendo revisada periodicamente para refletir eventuais mudanças nas estimativas originais.

**h. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

A Companhia considera como ativo imobilizado, somente os bens que estão em seu poder e podem ser a quaisquer momentos negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

**(ii) Custos subsequentes**

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

**(iii) Depreciação**

A depreciação reflete o padrão de consumo pela entidade dos benefícios econômicos futuros, e é calculada para os itens do ativo imobilizado, pelo método linear. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

**i. Ativos intangível e infraestrutura em construção**

A Companhia reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ela tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão.

**(i) Reconhecimento e Mensuração**

Um ativo intangível é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

**Outros ativos intangíveis**

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

**(ii) Gastos subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

**(iii) Amortização**

A amortização é calculada pelo método linear baseado no prazo de concessão. A vida útil estimada do ativo intangível inicia no momento em que a infraestrutura é disponibilizada para uso dos usuários até o final do período da concessão.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

**j. Instrumentos financeiros**

**(i) Reconhecimento e mensuração inicial**

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

**(ii) Classificação e mensuração subsequente**

*Ativos Financeiros - classificação*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado subsequentemente: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros (SPPI) sobre o valor principal em aberto.
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR
- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são SPPI sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima (por exemplo, ativos financeiros mantidos para negociação e aqueles que são gerenciados e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo), são classificados como ao VJR.

### *Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio*

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

### *Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros*

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. A Companhia não tinha ativos financeiros mantidos fora dos modelos de negócios comerciais que não passaram na avaliação do SPPI.

### *Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas*

#### **Ativos**

**financeiros** a Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado **VJR** líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

**Ativos** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo **financeiros** a método de juros efetivos. O valor contábil bruto é reduzido por perdas por **custo** **amortizado** **impairment**. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o **impairment** são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

### *Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado pelo método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

#### **(iii) Desreconhecimento**

A Companhia realiza transações por meio das quais transfere ativos reconhecidos em sua demonstração da posição financeira, mas retém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos transferidos não são desreconhecidos.

#### *Reforma da taxa de juros*

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a Companhia atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- a mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior - ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, a Companhia atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, a Companhia aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais.

#### **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**k. Capital social**

O capital social da Companhia está representado exclusivamente por ações ordinárias e estão classificadas no patrimônio líquido conforme nota explicativa nº 16.

**l. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)**

**(i) Ativos financeiros**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

**(ii) Ativos não financeiros**

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos biológicos, propriedades para investimento, estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as

avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

**m. Fornecedores**

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

**n. Seguros a pagar**

Os valores registrados como seguros a pagar correspondem às parcelas contratadas de apólices de seguro cujos prêmios foram apropriados proporcionalmente ao período de vigência da cobertura, mas ainda não pagos até a data-base das demonstrações financeiras.

Esses montantes são reconhecidos no passivo circulante e liquidados conforme os respectivos vencimentos contratuais.

**o. Provisões**

As provisões, quando aplicáveis, são mensuradas com base nos fluxos de caixa futuros estimados, trazidos a valor presente considerando o valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. A atualização desses valores ao longo do tempo é reconhecida no resultado como despesa financeira.

**Manutenção**

Uma provisão para manutenção é reconhecida progressivamente a partir do início da exploração da infraestrutura concedida, mensurada com base nos fluxos de caixa futuros a valor presente, com base no desgaste decorrente de seu uso e na melhor estimativa dos custos necessários para recompor os níveis de desempenho exigidos contratualmente. A

estimativa considera projeções técnicas, fluxo de caixa do contrato e premissas de engenharia, sendo revisada periodicamente com base nas informações disponíveis.

### **Provisão para riscos processuais**

A Companhia, quando aplicável, reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, regulatórios e trabalhistas com base na avaliação de probabilidade de perda, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Não há em 31 de dezembro de 2024 provisões de riscos processuais de prognósticos provável e possível.

## **p. Arrendamentos**

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

### **(i) Como arrendatário**

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso

é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Companhia. Geralmente, o Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental com base em estimativas de taxas de mercado aplicáveis a contratos com características semelhantes, considerando o prazo do arrendamento, o tipo de ativo e condições econômicas vigentes à data de início do contrato.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

#### *Arrendamentos de ativos de baixo valor*

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

#### **q. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme

requerido pela legislação societária brasileira para empresas de capital aberto, como parte de suas demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para perda de crédito esperada), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

**r. Benefícios a empregados**

A Companhia concede diversos planos de benefícios a empregados, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são reconhecidas como despesas de pessoal à medida que o serviço relacionado seja prestado.

A Companhia não concede plano de benefício pós-empregos para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

**s. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

**IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis**

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

### Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS21); e
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

## 5 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>31/12/2024</b>
Aplicações financeiras	205.694
	<b>205.694</b>

Em 31 de dezembro de 2024 as aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e são remuneradas a taxa de 97% do Certificado de Depósito Interbancário CDIs, prontamente resgatáveis sem mudança significativa de valor.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 21.

## 6 Contas a receber

	<b>31/12/2024</b>
Valores a receber poder concedente	1.942
	<b>1.942</b>

O montante de R\$ 1.942 a receber do poder concedente corresponde a parcela do investimento classificada como ativo financeiro, por representar um direito contratual de recebimento de caixa. A remuneração é baseada em TIR efetiva, ajustada para que o saldo seja totalmente amortizado até o fim da concessão. Os recebimentos estão previstos para iniciar a partir de novembro de 2025.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na nota explicativa nº 21.

## 7 Despesas antecipadas

	31/12/2024	Vigência
Seguro de responsabilidade civil geral	530	10/2024 a 10/2025
Seguro garantia	660	10/2024 a 10/2025
Seguro de risco operacional	1.511	10/2024 a 10/2025
	<b>2.701</b>	

As despesas antecipadas em 31 de dezembro de 2024 referem-se, substancialmente, a prêmios de seguros pagos antecipadamente, os quais serão apropriados ao resultado conforme o período de vigência das respectivas apólices. Os valores correspondem a contratos de seguro de responsabilidade civil geral, seguro garantia e seguro de risco operacional. Tais valores serão reconhecidos ao resultado pelo regime de competência, de forma linear ao longo da vigência dos contratos.

## 8 Direito de uso arrendamento

A Companhia atua como arrendatária em contratos de arrendamento, de acordo com o CPC 06 (R2), os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial, para mais detalhes vide nota explicativa nº 17.

### (a) Composição

Direito de uso	Taxa média anual de amortização	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imóvel sede administrativa	(*)	1.851	(185)	1.666
Containers	(*)	641	(54)	587
Veículos PMRV (**)	(*)	8.123	(169)	7.954
Veículos Administrativos	(*)	1.770	(49)	1.721
Veículos leves e Pesados	(*)	21.279	(709)	20.570
		<b>33.664</b>	<b>(1.166)</b>	<b>32.498</b>

(\*) A amortização dos ativos de direito de uso, é realizada de forma linear, proporcional ao prazo de vigência dos respectivos contratos, para mais detalhes quanto aos prazos vide nota explicativa nº 17.

(\*\*) Policiamento Militar Rodoviário.

### (b) Movimentação do direito de uso arrendamento

	Imóvel Sede Administrativa	Containers	Veículos PMRV	Veículos Administrativos	Veículos leves e Pesados	Total
Saldo em 20/05/2024	-	-	-	-	-	-
Ingressos	1.851	641	8.123	1.770	21.279	33.664
Depreciação	(185)	(54)	(169)	(49)	(709)	(1.166)
Saldo em 31/12/2024	<b>1.666</b>	<b>587</b>	<b>7.954</b>	<b>1.721</b>	<b>20.570</b>	<b>32.498</b>

## 9 Imobilizado

### (a) Composição

	Taxa média anual de depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Móveis e utensílios	10%	23	(1)	22
Equipamentos de informática	20%	897	(50)	847
		<b>920</b>	<b>(51)</b>	<b>869</b>

## (b) Movimentação do imobilizado

	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Total
<b>Saldo em 20/05/2024</b>	-	-	-
Adições	23	897	920
Depreciação	(1)	(50)	(51)
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>22</b>	<b>847</b>	<b>869</b>

A composição do imobilizado em 31 de dezembro de 2024 inclui, principalmente, móveis e utensílios e equipamentos de informática. A movimentação do exercício reflete os ingressos ocorridos no período e a depreciação apropriada conforme as taxas definidas pela Administração.

O ativo imobilizado é analisado para verificar a existência de indicativos de *impairment*, no mínimo, anualmente. Para 31 de dezembro de 2024, a Administração não identificou evidências que indicassem a necessidade de reconhecimento de perdas por desvalorização.

## 10 Infraestrutura de concessão

<b>Saldo em 20/05/2024</b>	-
Ingressos	4.483
Amortização	-
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>4.483</b>

Foi registrado como infraestrutura de concessão o montante de R\$ 4.483, referente à parcela do investimento que representa o direito de explorar o serviço público por meio da cobrança de tarifas dos usuários. Esse valor corresponde à parte do CAPEX que não gera direito contratual de recebimento de caixa, nos termos do IFRIC 12 - *Service Concession Arrangements*, cujos princípios permanecem aplicáveis no Brasil com base nos normativos contábeis vigentes. A concessão tem prazo de 30 (trinta) anos, contados a partir da assinatura do Termo de Transferência Inicial, ocorrida em 1º de novembro de 2024, e a amortização do ativo intangível será realizada de forma linear ao longo desse período, com base na estimativa de benefícios econômicos futuros associados à operação.

## 11 Fornecedores

	31/12/2024
Fornecedores nacionais	1.275
Provisões fornecedores	3.503
Cauções e retenções contratuais	2
	<b>4.780</b>

Os saldos apresentados referem-se, substancialmente, a obrigações com fornecedores nacionais, incluindo valores provisionados com base em medições de serviços já executados, mas cujas notas fiscais ainda não haviam sido emitidas até 31 de dezembro de 2024.

O saldo também inclui cauções e retenções contratuais, conforme previsto em contratos firmados com prestadores de serviços.

Para maiores informações sobre como esses acordos afetam a exposição da Companhia ao risco de liquidez, consulte a nota explicativa 21.

## 12 Seguros a pagar

O montante de R\$2.300 registrado em seguros a pagar em 31 de dezembro de 2024 refere-se a prêmios de seguros contratados pela Companhia, cujas apólices estão em vigor, mas com vencimentos posteriores à data-base. O valor será liquidado conforme os prazos pactuados contratualmente com as seguradoras.

## 13 Passivo de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui contratos de arrendamento vigentes relacionados ao imóvel da sede administrativa e a containers utilizados em suas operações. Esses contratos foram classificados como arrendamentos conforme os critérios do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos, com reconhecimento do passivo de arrendamento correspondente e do ativo de direito de uso no ativo não circulante.

Os contratos possuem prazos determinados e pagamentos fixos mensais, sujeitos a reajuste anual com base na variação do IPCA. A mensuração inicial do passivo considerou a taxa incremental da Companhia com base em estimativas de taxas de mercado aplicáveis a contratos com características semelhantes, considerando o prazo do arrendamento, o tipo de ativo e condições econômicas vigentes à data de início do contrato.

Adicionalmente, os contratos não preveem pagamentos variáveis ou cláusulas de ajuste com base em performance operacional. As principais características contratuais, como prazo, valor das parcelas, estão descritas a seguir:

Contrato	Data assinatura do contrato	Vigência	Valor da parcela	Índice de atualização do contrato	Taxa de desconto
Imóvel sede administrativa	22/07/2024	set/24 a fev/27	70	IPCA	10,50% a.a.
Containers	15/08/2024	set/24 a ago/26	30	IPCA	10,50% a.a.
Veículos PMRV	15/08/2024	ago/24 a out/28	206	IPCA	10,50% a.a.
Veículos Administrativos	21/11/2024	nov/24 a nov/27	58	IPCA	11,25% a.a.
Veículos leves e Pesados	18/09/2024	set/24 a set/29	452	IPCA	10,50% a.a.

### (a) Composição

	31/12/2024		
	Principal	(-) AVP	Total
<b>Circulante</b>			
Imóvel sede administrativa	840	(137)	703
Containers	354	(45)	309
Veículos PMRV	2.473	(721)	1.752
Veículos administrativos	692	(159)	533
Veículos leves e pesados	5.459	(1.920)	3.539
	<b>9.818</b>	<b>(2.982)</b>	<b>6.836</b>
<b>Não circulante</b>			
Imóvel sede administrativa	1.050	(67)	983
Containers	296	(13)	283
Veículos PMRV	7.214	(981)	6.233
Veículos administrativos	1.335	(132)	1.203
Veículos leves e pesados	20.843	(3.591)	17.252
	<b>30.738</b>	<b>(4.784)</b>	<b>25.954</b>
	<b>40.556</b>	<b>(7.766)</b>	<b>32.790</b>

## (b) Movimentação

	Imóvel sede administrativa	Containers	Veículos PMRV	Veículos Administrativos	Veículos leves e Pesados	Total
<b>Saldo em 20 de maio de 2024</b>	-	-	-	-	-	-
Adições	1.851	641	8.123	1.770	21.279	33.664
Pagamentos de principal	(165)	(49)	(138)	(34)	(488)	(874)
Juros pagos	(45)	(11)	(68)	(16)	(353)	(493)
Juros incorridos ajuste a valor presente	45	11	68	16	353	493
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.686</b>	<b>592</b>	<b>7.985</b>	<b>1.736</b>	<b>20.791</b>	<b>32.790</b>

A seguir são apresentados o cronograma de pagamentos dos arrendamentos:

Vencimento	R\$
2025	6.806
2026	7.466
2027	7.240
2028	6.892
2029	4.386
	<b>32.790</b>

## 14 Provisão para manutenção

A Companhia estabelece provisões para grandes manutenções, quando necessário, com o objetivo de quantificar com precisão o passivo, utilizando a melhor estimativa do custo necessário para cumprir as obrigações vigentes na data do balanço. Essas obrigações referem-se à recomposição da infraestrutura aos padrões exigidos pelo poder concedente, com base no desgaste identificado por meio do Sistema de Gestão de Pavimentos (SGP).

A provisão é reconhecida progressivamente ao longo do tempo, a valor presente. A taxa utilizada para o ajuste foi o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) projetado para 2025, correspondente a 4,96% ao ano, considerando a mediana agregada divulgada no Relatório Focus do Banco Central do Brasil em 27 de dezembro de 2024.

A composição dos saldos da provisão para manutenção em 31 de dezembro de 2024 é:

	31/12/2024
<b>Saldo em 20/05/2024</b>	-
Adições	101.139
(-) Ajuste a valor presente	(3.267)
	<b>97.872</b>

## 15 Tributos diferidos

Os tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias entre as bases contábeis e fiscais de ativos e passivos, bem como sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, calculados com base nas alíquotas de 25% para o Imposto de Renda (IRPJ) e 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), conforme a legislação tributária vigente.

Descrição	31/12/2024	
	Base de cálculo	IR/CS Diferidos
<b>Ativos fiscais diferidos</b>		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (a)	7.946	2.702
Provisão para manutenção	101.139	34.387
Passivo de arrendamento	262	89
Ajuste a valor presente contas a receber de acionistas	51.972	17.671
Outros	3.042	1.034
<b>Total ativos fiscais diferidos</b>	<b>164.361</b>	<b>55.883</b>
<b>Passivos fiscais diferidos</b>		
Ajuste a valor presente provisão para manutenção	(3.267)	(1.111)
<b>Total passivos fiscais diferidos</b>	<b>(3.267)</b>	<b>(1.111)</b>
<b>Tributos diferidos, líquidos</b>	<b>161.094</b>	<b>54.772</b>

(a) Refere-se a prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros. A sua realização está atrelada a maturidade e plano de negócio da concessão (UGC), que prevê um ciclo longo para a realização do prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social, uma vez que a sua realização é previsível até o final da concessão.

#### Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos:

Descrição	Saldo em 20 de maio de 2024	Total constituído em Patrimônio Líquido	Total constituído em resultado	Saldo em 31 de dezembro de 2024
<b>Ativos fiscais diferidos</b>				
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	-	2.702	2.702
Provisão para manutenção	-	-	34.387	34.387
Passivo de arrendamento	-	-	89	89
Ajuste a valor presente contas a receber de acionistas	-	18.302	(631)	17.671
Outros	-	-	1.034	1.034
<b>Total ativos fiscais diferidos</b>	-	<b>18.302</b>	<b>37.581</b>	<b>55.883</b>
<b>Passivos fiscais diferidos</b>				
Ajuste a valor presente provisão para manutenção	-	-	(1.111)	(1.111)
<b>Total passivos fiscais diferidos</b>	-	-	<b>(1.111)</b>	<b>(1.111)</b>
<b>Tributos diferidos, líquidos</b>	-	<b>18.302</b>	<b>36.470</b>	<b>54.772</b>

#### Conciliação da alíquota de imposto efetiva:

	31/12/2024
Resultado antes do imposto	(107.790)
<b>Imposto calculado com base na taxa nominal - 34%</b>	<b>36.649</b>
Adições permanentes	(597)
Exclusões permanentes	418
<b>Despesa com imposto de renda e contribuição social</b>	<b>36.470</b>
Alíquota efetiva	<b>-33,83%</b>

## 16 Patrimônio líquido

### (a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia é composto por 442.723.001 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalizando R\$ 442.723 em capital subscrito, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2024		
	Quantidade de ações	%	Capital Subscrito R\$
Companhia Brasileira de Infraestrutura – CBI	287.769.951	65%	287.770
CLD – Construtora, Laços Detetores e Eletrônica Ltda.	154.953.050	35%	154.953
<b>Total</b>	<b>442.723.001</b>	<b>100%</b>	<b>442.723</b>

Desse total, R\$ 221.362 foram integralizados pelos acionistas nos dias 16 e 17 de setembro de 2024, enquanto o valor remanescente de R\$ 221.361 permanece a integralizar.

Em 13 de setembro de 2024 no instrumento particular de alteração do contrato social que alterou a natureza da Companhia de Sociedade Empresária Limitada para Sociedade Anônima, a Companhia aprovou o aumento de capital de R\$442.722, representado por 442.722.001 novas ações, desse total, R\$ 221.362 foram integralizados pelos acionistas nos dias 16 e 17 de setembro de 2024, enquanto o valor remanescente de R\$ 221.361 permanece a integralizar. conforme os boletins de subscrição:

	31/12/2024		
	Capital Subscrito	Capital integralizado	Capital a integralizar
Companhia Brasileira de Infraestrutura – CBI	287.770	(143.886)	143.884
CLD – Construtora, Laços Detetores e Eletrônica Ltda.	154.953	(77.476)	77.477
<b>Total</b>	<b>442.723</b>	<b>(221.362)</b>	<b>221.361</b>

O capital a integralizar no montante de R\$ 221.361 será integralizado até novembro de 2029, conforme cronograma de aportes previstos no Contrato de Concessão firmado com o Estado de São Paulo, está registrado no contas a receber de acionistas o valor líquido de R\$169.389 ajustado ao valor presente com taxa de desconto de 10,65%.

#### (b) Reservas de lucros: Legal e Retenção de lucros

O Estatuto Social da Sociedade estabelece que o lucro líquido do exercício, após as deduções destinadas à reserva legal, conforme previsto em lei, será submetido à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas quanto à sua destinação podendo ser destinado a reserva de retenção de lucros ou outros reservas.

#### (c) Distribuição de dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê a possibilidade de levantamento de balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores, com o objetivo de viabilizar a distribuição de dividendos intermediários, observando-se, no mínimo, o dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A proposta de distribuição de dividendos elaborada pela Administração, quando referente à parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada no passivo sob a rubrica “Dividendos propostos”, por se tratar de obrigação legal estabelecida no Estatuto Social da Companhia.

## 17 Receita operacional líquida

	31/12/2024
Receita de construção (a)	6.424
	<b>6.424</b>

(a) Sobre a receita de serviços de construção não há incidência de impostos sobre faturamento, pois não foi faturado. A receita de construção foi reconhecida de acordo com a IFRIC 12 - *Service Concession Arrangements*.

## 18 Custos e Despesas

	31/12/2024		
	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Total
Custos de construção (a)	(6.424)	-	(6.424)
Provisão para manutenção (b)	(101.139)	-	(101.139)
Salários e remunerações	(1.138)	(104)	(1.242)
Encargos sociais e trabalhistas	(602)	(39)	(641)
Benefícios	13	(416)	(403)
Outros gastos com pessoal	(17)	(251)	(268)
Assessoria Pessoa Jurídica	(149)	(4.512)	(4.661)
Prestadores de serviços	(2.601)	(1.416)	(4.017)
Material, equipamentos e veículos	(1.605)	721	(884)
Depreciação e amortização	(932)	(285)	(1.217)
Seguros	(888)	-	(888)
Gastos gerais	(190)	(2.863)	(3.053)
	<b>(115.672)</b>	<b>(9.165)</b>	<b>(124.837)</b>

**(a) Custos de construção:** O custo de construção foi reconhecido conforme os critérios pelo IFRIC 12 - *Service Concession Arrangements* e pela Orientação OCPC 05, aplicáveis a contratos de concessão de serviços públicos. Os valores refletem os custos incorridos na execução das obras de implantação da infraestrutura concedida, incluindo projetos, gestão, supervisão e execução física, ainda que por meio de terceiros.

**(b) Provisão para manutenção:** Em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecida no resultado provisão para manutenção no valor de R\$ 101.139. Para mais informações, vide nota explicativa nº 14.

## 19 Resultado financeiro

	31/12/2024
Receitas financeiras	
Receitas de aplicações financeiras	6.310
(-) Pis/Cofins sobre receitas financeiras	(293)
Ajuste a valor presente contas a receber de acionistas	1.859
Ajuste a valor presente provisão para manutenção	3.267
	<b>11.143</b>
Despesas financeiras	
Tarifas bancárias	(16)
Ajuste a valor presente passivo de arrendamento	(492)
Outras despesas financeiras	(13)
	<b>(521)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>10.622</b>

## 20 Partes relacionadas

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas, a Companhia declara que, no período entre 20 de maio de 2024 e 31 de dezembro de 2024, realizou transações que afetaram o resultado do período, bem como mantinha saldos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2024, conforme detalhado a seguir:

## Demonstração do resultado do período

Descrição	Natureza	31/12/2024
Gastos ERP RM – TOTVS (“ERP”) (a)	Despesas - Gastos Gerais	75
Locação Veículos - MGM (b)	Despesas - Depreciação e Amortização	49
Locação Veículos - MGM (b)	Despesas Financeiras	16
Outros (c)	Gastos Gerais	1.670
		<b>1.810</b>

(a) Refere-se ao compartilhamento de custos relacionados ao sistema de gestão ERP RM, utilizado na administração da Companhia, com a parte relacionada FBS Construção Civil e Pavimentação S.A.

(b) A Companhia celebrou contrato de locação de veículos administrativos com a parte relacionada MGM Locadora de Veículos Ltda., cujos efeitos foram reconhecidos contabilmente conforme os critérios estabelecidos pelo IFRS 16. Os valores apresentados referem-se à depreciação do direito de uso e aos encargos financeiros do passivo de arrendamento, conforme demonstrado nas notas explicativas 8 e 13.

(c) Refere-se a despesas iniciais incorridas na estruturação da Companhia, custeadas pelos acionistas Companhia Brasileira de Infraestrutura – CBI e CLD – Construtora, Laços Detentores e Eletrônica Ltda, relacionadas a serviços de consultoria, aluguéis e despesas com viagens.

### Balanco patrimonial – Ativo não circulante

Contas a receber de acionistas referente ao compromisso assumido pelos acionistas de entregar caixa no montante de R\$ 169.389 em 31 de dezembro de 2024 líquido do ajuste a valor presente com a taxa de desconto de 10,65% atrelado ao aumento de capital considerando os prazos para realização dos aportes até novembro de 2029 conforme cronograma de aportes previstos no Contrato de Concessão firmado com o Estado de São Paulo, sendo esta condição irrevogável e irretroatável. A diferença entre o valor nominal e o valor presente foi registrada no Patrimônio Líquido na rubrica de ajuste a avaliação patrimonial.

As transações realizadas com partes relacionadas ao longo do período foram objeto dos procedimentos de auditoria no âmbito da auditoria independente dessas demonstrações financeiras.

A Companhia adota controles internos e práticas de governança corporativa que asseguram a conformidade com os dispositivos do Contrato de Concessão nº 0540/ARTESP/2024, em especial quanto à vedação de celebração de contratos com partes relacionadas em condições que não observem o interesse público e a equidade entre as partes.

A Companhia reafirma seu compromisso com a transparência e a observância das melhores práticas contábeis e regulatórias aplicáveis.

### Remuneração da Administração

A remuneração dos administradores da Companhia é composta por honorários fixos, benefícios e participação nos lucros no exercício de 2024. O montante total da remuneração

atribuída à administração da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 2.363.

## 21 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

### (a) Gerenciamento de riscos financeiros

As atividades da Companhia expõem-na a diversos riscos financeiros, entre eles o risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco regulatório. A Companhia possui política de gerenciamento de riscos financeiros, que orienta a celebração de transações e estabelece diretrizes para diversificação de instrumentos e contrapartes. A exposição a riscos é monitorada de forma recorrente pela Administração, de forma a mitigar seus impactos e preservar os recursos e a viabilidade econômico-financeira do contrato de concessão.

### (b) Fatores de risco

#### (i) Risco de mercado

Decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas relacionadas à variação de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros, principalmente aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia detinha recursos aplicados em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), atrelados à variação do CDI, classificados como caixa e equivalentes de caixa.

#### Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia apresenta a seguir as informações sobre seus instrumentos financeiros, especificamente sobre a análise de sensibilidade requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade, a Companhia adotou as seguintes premissas:

Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia.

Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.

Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).

Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos saldos de balanço patrimonial da Companhia, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Além do cenário provável, a Companhia determinou adequado a apresentação de dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros risco redução	Cenário provável	Valorização		Desvalorização	
		25%	50%	25%	50%
CDI ativo (% a.a.)	12,15% (*)	15,19%	18,23%	9,11%	6,08%

(\*) O indicador utilizado foi a taxa CDI Over de 31/12/2024, divulgada pela B3.

Em 31 de dezembro de 2024, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

Instrumentos	Exposição em 31/12/2024	Risco	Cenário provável		Valorização (R\$)		Desvalorização (R\$)	
			%	Valor	25%	50%	25%	50%
<b>Ativos financeiros:</b>								
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	205.694	CDI	12,15%	24.992	31.240	37.488	18.744	12.496
<b>Impacto no resultado e no patrimônio líquido</b>					<b>6.248</b>	<b>12.496</b>	<b>(6.248)</b>	<b>(35.484)</b>

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia.

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

### (ii) Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de inadimplência de contrapartes em obrigações contratuais com a Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, a exposição ao risco de crédito estava concentrada em aplicações financeiras com instituições de primeira linha e em valores a receber do Poder Concedente, classificados como ativo financeiro decorrente da contraprestação pública prevista no contrato de concessão.

A Companhia não possui exposição relevante a risco de crédito com clientes privados nem apresenta concentração por região geográfica. A Administração não identificou necessidade de constituição de provisão para perdas esperadas com base nos critérios definidos pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

### (iii) Risco de liquidez

O risco de liquidez está relacionado à possibilidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir suas obrigações nos vencimentos. A gestão de liquidez é realizada com base em premissas de desembolsos operacionais e investimentos previstas no plano de negócios da concessão, sendo os recursos de curto prazo mantidos em aplicações financeiras de alta liquidez.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais					
		Total	2025	2026	2027	2028	2029
Fornecedores	4.780	4.780	4.780	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	32.790	40.496	9.790	9.731	8.755	7.696	4.524
	<b>37.570</b>	<b>45.276</b>	<b>14.570</b>	<b>9.731</b>	<b>8.755</b>	<b>7.696</b>	<b>4.524</b>

#### (iv) Risco regulatório

As tarifas cobradas pela Concessionária são reguladas pela ARTESP e sujeitas a revisões periódicas, conforme regras do contrato de concessão. A modulação de reajustes tarifários e eventuais alterações normativas podem impactar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A Companhia monitora continuamente os aspectos regulatórios e mantém interlocução constante com o poder concedente.

#### (c) Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com foco na manutenção da capacidade operacional e no cumprimento do cronograma de investimentos, buscando assegurar a continuidade das operações e a otimização do retorno ao acionista.

O índice de alavancagem financeira, calculado como dívida líquida sobre capital total, não foi apresentado em 31 de dezembro de 2024, uma vez que a Companhia ainda não contratou financiamento oneroso e detinha posição líquida de caixa no período.

#### (d) Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

Categoria	Instrumentos	Valor contábil 31/12/2024	Valor justo 31/12/2024	Classificação
Ativos financeiros	Caixa e equivalentes de caixa	205.694	205.694	Custo amortizado
Ativos financeiros	Contas a receber	1.942	1.942	Custo amortizado
Ativos financeiros	Contas a receber de acionistas	169.389	169.389	Custo amortizado
Ativos financeiros	Outros créditos	210	210	Custo amortizado
Passivos financeiros	Fornecedores	4.780	4.780	Outros passivos financeiros
Passivos financeiros	Seguros a pagar	2.300	2.300	Outros passivos financeiros
Passivos financeiros	Passivo de arrendamento	32.790	32.790	Outros passivos financeiros

#### (e) Hierarquia do valor justo

Conforme previsto no CPC 46, os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo são classificados em três níveis, de acordo com a observabilidade dos dados utilizados:

- Nível 1: Preços cotados em mercados ativos;
- Nível 2: Dados observáveis indiretos (preços derivados); e
- Nível 3: Dados não observáveis.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas e se aproximam dos seus valores justos, portanto, não apresentou movimentações entre níveis da hierarquia.

## 22 Seguros

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantém apólices de seguros voltadas à mitigação de riscos relacionados à responsabilidade civil, obrigações contratuais e riscos operacionais, conforme demonstrado a seguir:

Modalidade	Limite máximo de indenização	Vigência	
		Início	Fim
Responsabilidade civil geral (a)	708	01/10/2024	01/10/2025
Seguro Garantia (b)	442.723	01/10/2024	30/10/2025
Compreensivo empresarial (c)	9.440	16/08/2024	16/08/2025
Risco operacional (d)	107.000	01/10/2024	01/10/2025

a) O seguro de responsabilidade civil visa garantir cobertura contra eventuais danos causados a terceiros em decorrência das atividades da Companhia, no contexto da administração do ativo público rodoviário sob sua concessão.

b) O seguro garantia assegura o fiel cumprimento das obrigações contratuais assumidas junto ao Poder Concedente, em especial aquelas relativas à execução de obras e prestação de serviços operacionais.

c) O seguro compreensivo empresarial visa proteger os bens e operações da empresa contra diversos riscos, como incêndio, roubo, danos elétricos e outras perdas inesperadas. A apólice oferece cobertura para ativos como imóveis, equipamentos, mercadorias e estoques, assegurando a continuidade dos negócios em caso de sinistros.

d) O seguro de risco operacional cobre, em cada ocorrência, os prejuízos que o segurado venha a sofrer decorrentes dos riscos previstos nas condições gerais e particulares da apólice, respeitados os limites máximos de indenização fixados e as disposições legais e contratuais aplicáveis.

## 23 Informações complementares ao fluxo de caixa

Durante o período entre 20 de maio de 2024 e 31 de dezembro de 2024, foram realizadas as seguintes transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa:

	31/12/2024
Pagamento fornecedores aquisições imobilizado (a)	421
Pagamento fornecedores aquisições infraestrutura de concessão (a)	1.250
Direito de uso arrendamentos (b)	33.664
Capital subscrito x contas a receber acionistas (c)	169.389
	<b>204.724</b>

(a) A Companhia adquiriu imobilizado e infraestrutura da concessão que não foram liquidadas até 31 de dezembro de 2024 e os saldos a pagar ficaram registrados em fornecedores nos montantes de R\$421 e R\$1.250, respectivamente.

(b) A Companhia efetuou o reconhecimento inicial dos contratos de direito de uso de arrendamentos, os quais não impactaram caixa na atividade de investimento em contrapartida ao passivo de arrendamento.

(c) A Companhia reconheceu, no ativo, valores a receber de seus acionistas referentes ao capital subscrito ainda não integralizado. Tais valores não impactaram o fluxo de caixa das atividades de financiamento.

## Diretoria Executiva

João Garcia Couri Neto

**Diretor Presidente**

José Roberto de Jesus Pinheiro

**Diretor Administrativo Financeiro**

## Contador

Erlon Rodrigo da Silva

**Contador – CRC SC 030791/O-1**

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas KPMG. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://apiconfirmations.kpmg.com.br/Verificar/9E55-8E71-2A55-A1ED>.

Por motivo de segurança e sigilo das informações, não é permitido o download do documento pela tela de validação de assinatura.

**Código para verificação: 9E55-8E71-2A55-A1ED**



### **Hash do Documento**

**B36D3FECD8D2F767959129AB527413EA6202B184758228E9682DFD8D01B77542**

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 17/04/2025 é(são) :

Gustavo de Souza Matthiesen - 321.008.008-92 em 17/04/2025

18:52 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital